



Trabalhadores técnicos em saúde: caracterização da formação profissional e do mercado de trabalho em 2005

Mônica Vieira
Arlinda Barbosa Moreno
Lygia Costa

Introdução

Apesar dos trabalhadores técnicos em saúde constituírem um contingente expressivo da força de trabalho em saúde, estudos acerca desse grupo profissional ainda são escassos. Nesse sentido, buscando ampliar a visibilidade social e política desses trabalhadores, o Observatório dos Técnicos em Saúde¹ vem, desde 2001, dedicando-se a acompanhar suas características e tendências.

A diversidade de ocupações técnicas é ampla, tanto no que se refere ao quantitativo de trabalhadores, situação organizativa quanto no que diz respeito a sua inserção no mercado de trabalho em saúde. Algumas dessas ocupações são mais antigas, datando sua regulamentação profissional da década de 70 e metade dos anos 80 do século XX – portanto, com um início anterior à organização do Sistema Único de Saúde (SUS). Entre essas ocupações, destacam-se as subáreas de Óptica, Radiologia Médica, Nutri-

¹ Integra o Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde/LATEPS da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/EPJSV da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz.



ção e Dietética, Saúde Bucal, Patologia Clínica e Histologia, Farmácia e a própria Enfermagem. Outras ocupações, como as de Registros de Saúde, Equipamentos Médico-Hospitalares, Citotécnica, Hematologia-Hemoterapia e Vigilância Sanitária e Ambiental, possuem uma história associada à organização do SUS e suas leis, pareceres e resoluções, datando do final da década de 80 e início dos anos 90. Com relação às ocupações de nível elementar, cabe destacar a criação da profissão de Agentes Comunitários de Saúde, em 2002.

Neste artigo, foram analisadas quantitativamente a formação profissional e o mercado de trabalho em saúde, a partir da distribuição dos cursos e dos postos de trabalho de nível técnico em saúde, no Brasil. Como fonte de dados, foram utilizados o Censo Educacional/INEP/MEC e a AMS/IBGE, para o ano de 2005.

Metodologia

Este estudo tem caráter descritivo e foi desenvolvido a partir da análise das bases de dados do Censo Educacional² e da AMS para o ano de 2005.

O Censo Escolar é realizado anualmente pelo Ministério da Educação, por intermédio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. É uma pesquisa declaratória que agrega informações estatístico-educacionais de âmbito nacional que são utilizadas para formular, implementar e avaliar a política educacional e para a distribuição de recursos do governo federal aos Estados, Municípios e Escolas. O Censo tem a escola como unidade de informação e abrange a Educação Básica em seus diferentes níveis: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. O questionário inclui blocos específicos para o Curso Normal de Nível Médio, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional Técnica.

A partir de 2001, a educação profissional é incorporada ao Censo Escolar, abrangendo todas as grandes áreas — agropecuária e pesca, indústria, comércio e serviços. Entretanto, os dados coletados passam a referir-se apenas à educação profissional técnica, enquanto as informações da educação profissional tecnológica continuam a ser coletadas no Censo do Ensino Superior.

A AMS foi inicialmente criada e desenvolvida diretamente pelo Ministério da Saúde, em 1953, mas, com a crescente demanda de informações estatísticas na área de saúde, o Ministério da Saúde e a Fundação IBGE firmaram um convênio estabelecen-

² Ressaltamos que é preciso ter alguns cuidados ao utilizar essa base de dados em razão da baixa cobertura alcançada.



do que, a partir de 1975, o IBGE assumiria os encargos da coleta, apuração, sistematização e divulgação dos dados da pesquisa de saúde. Já em 1976, o título da pesquisa passou a ser “Assistência Médico-Sanitária” (AMS), sendo utilizado somente um questionário que, no IBGE, sofreu várias alterações nos anos seguintes.

A AMS é um censo que visa obter dados cadastrais de todos os estabelecimentos de saúde no Brasil, públicos ou privados, que prestam assistência ambulatorial e hospitalar à saúde individual e coletiva. A partir de 1985, como uma estratégia de fortalecimento de seus resultados, instituições da saúde e órgãos internacionais passaram a ser consultados, dentre eles, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Secretarias Estaduais de Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Em 2005, o Censo Escolar recebeu e compilou dados de 1.494 estabelecimentos de ensino com oferta de 2.566 cursos técnicos³ em saúde. Os cursos foram organizados por subáreas de formação do setor saúde, com parâmetros estabelecidos nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico (BRASIL, 2000). Optou-se, ainda, pela criação da categoria “outras” para subáreas classificadas pelo Censo Escolar, mas que não constam desses Referenciais. Esta categoria agrega os seguintes cursos: Equipamentos Médico-Hospitalares, Educação Física, Gestão em Saúde, Saúde Comunitária, Terapias Alternativas e Veterinária. Os cursos que não traziam no nome a modalidade foram classificados como “não informado”.

A pesquisa de Assistência Médico-Sanitária coletou, em 2005, dados de um universo de 83.379 estabelecimentos de saúde, sendo 3.606 desativados, 2.769 extintos e 77.004 em atividade ou em atividade parcial.

Neste trabalho enfocou-se os postos de trabalho dos técnicos, no seu aspecto quantitativo de distribuição das ocupações por áreas e por setores público (Federal, Estadual, Municipal) e privado. Desse modo, exploramos:

- Composição dos postos de trabalho em saúde, para identificar os postos de trabalho de nível técnico/ auxiliar utilizou-se a variável escolaridade.
- Postos de trabalho por setor de atuação (público e privado) e por esfera administrativa (federal, estadual e municipal).

³Vale ressaltar que uma mesma instituição pode oferecer cursos de diferentes subáreas de formação.



Resultados

Observou-se que a oferta de cursos técnicos em saúde no Brasil concentrou-se especialmente na subárea de Enfermagem, totalizando cerca da metade da oferta de cursos técnicos em saúde (48,7%). A menor oferta de cursos técnicos foi registrada na subárea Hemoterapia (0,9%). Além disso, tem-se a distribuição nas subáreas: Segurança do Trabalho (14,9%), Radiologia e Diagnóstico por Imagem (8,3%), Biodiagnóstico (6,4%), Saúde Bucal (5,7%), Farmácia (3,7%), Estética (2,1%) e Reabilitação (1,9%). “Outras” subáreas, que são: Equipamentos Médico-Hospitalares, Educação Física, Gestão em Saúde, Saúde Comunitária, Terapias Alternativas e Veterinária, perfizeram apenas 2,9% da oferta de cursos. E os “Não Informados” foram 0,1% (Tabela 1).

Tabela 1. Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico em Saúde, segundo subáreas de formação (percentual /coluna).

Subáreas de Formação	Brasil/2005 (% coluna)	
	n	%
Total	2.566	100,0
Biodiagnóstico	165	6,4
Enfermagem	1.250	48,7
Estética	53	2,1
Farmácia	95	3,7
Hemoterapia	03	0,1
Nutrição e Dietética	110	4,3
Radiologia e Diagnóstico por Imagem	213	8,3
Reabilitação	49	1,9
Saúde Bucal	147	5,7
Saúde Visual	17	0,6
Segurança do Trabalho	382	14,9
Vigilância Sanitária e Ambiental	05	0,2
Outras	75	2,9
Não Informado	02	0,1

Fonte: Censo Escolar(INEP, 2005)



A subárea de Enfermagem apresentou maior número de cursos (343 e 2.223, respectivamente para público e privado), representando cerca 48,7% da oferta de cursos. Para os cursos técnicos em saúde, segundo o setor de atuação, observou-se que 86,6% concentravam-se no setor privado e 13,4% no setor público. Ressalta-se que a oferta de cursos na subárea Vigilância Sanitária e Ambiental concentrou-se, basicamente, no setor público (80%), tal como pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2. Cursos de Educação Profissional de nível técnico em Saúde segundo subáreas de Formação e Setor de Atuação

Subáreas de Formação	Brasil/2005 (% linha)			
	Público		Privado	
	n	%	n	%
Total	343	13,4	2.223	86,6
Biodiagnóstico	27	16,4	138	83,6
Enfermagem	171	13,7	1.079	86,3
Estética	0	0,0	53	100,0
Farmácia	4	4,2	91	95,8
Hemoterapia	1	33,3	2	66,7
Nutrição e Dietética	33	30,0	77	70,0
Radiologia e Diagnóstico por Imagem	6	2,8	207	97,2
Reabilitação	4	8,2	45	91,8
Saúde Bucal	20	13,6	127	86,4
Saúde Visual	0	0,0	17	100,0
Segurança do Trabalho	63	16,5	319	83,5
Vigilância Sanitária e Ambiental	4	80,0	1	20,0
Outras	9	12,0	66	88,0
Não Informado	1	50,0	1	50,0

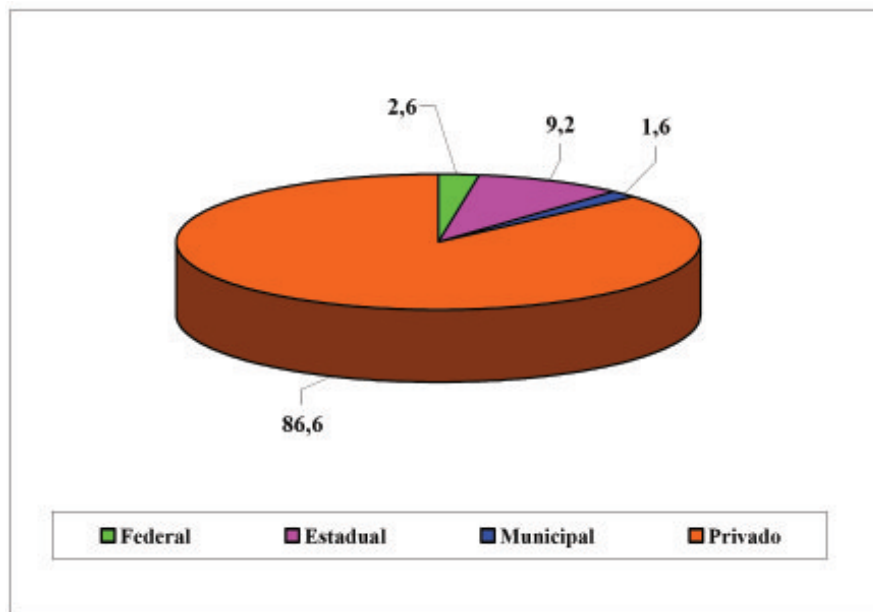
Fonte: Censo Escolar(INEP, 2005)



Na Tabela 2, a subárea Segurança no Trabalho corresponde a 18,4% dos cursos técnicos em saúde ofertados no setor público e, no setor privado, 14,4%. Nutrição e Dietética com 9,6% no setor público e 3,5% no setor privado. BIODIAGNÓSTICO teve 7,9% no setor público e 6,2% no setor privado. Radiologia e Diagnóstico por Imagem teve 1,7% no setor público e 9,3% no setor privado. Saúde Bucal teve 5,8% no setor público e 5,7% no setor privado. As subáreas Estética, Farmácia, Reabilitação, Saúde Visual e Vigilância Sanitária e “outras” subáreas, alcançaram cerca de 5% da oferta de cursos técnicos em saúde tanto no setor público quanto no setor privado.

No Gráfico 1, apresentamos a distribuição das subáreas de formação pelo setor público, segundo esfera administrativa (Federal, Estadual, Municipal) e privado. O setor público que representa 13,4% do total das subáreas de formação. Quando observado segundo esfera administrativa, estas representam 2,6%, 9,2% e 1,6% para os setores Federal, Estadual e Municipal, respectivamente.

Gráfico 1: Total das subáreas de formação segundo esfera administrativa



Fonte: Censo Escolar(INEP, 2005)

Com relação aos postos de trabalho de nível técnico, nota-se que o percentual para a categoria Enfermagem foi de 74,9%. Na Tabela 3 pode ser destacado que a soma do percentual dos demais postos alcançaram cerca de 10% do total, quando excetua-se a categoria BIODIAGNÓSTICO (7,7%).



Tabela 3. Postos de trabalho de nível médio em saúde segundo a ocupação.

Postos de trabalho/ocupação	Brasil/2005 (% coluna)	
	n	%
Total Nível Técnico/Auxiliar	751.730	100,0
Biodiagnóstico	57.865	7,7
Enfermagem	563.089	74,9
Farmácia	16.676	2,2
Hematologia/Hemoterapia	3.486	0,5
Nutrição e Dietética	9.617	1,3
Radiologia	29.656	3,9
Reabilitação	3.952	0,5
Saúde Bucal	23.292	3,1
Equipamentos Médico-Hospitalares	3.999	0,5
Vigilância Sanitária e Ambiental	8.864	1,9
Outros - Nível Técnico/Auxiliar	31.234	4,2

Fonte: AMS (2005)

Como esquematizado na Tabela 4, pode ser observado que a Enfermagem apresenta maior número de postos de trabalho segundo setor de atuação (311.563 e 251.526, respectivamente para público e privado), representando cerca 74,9% do total. O setor público foi responsável pela maioria de postos de trabalho, sobretudo, na Vigilância Sanitária e Ambiental (96,8%) e Saúde Bucal (81,4%). O setor privado estava predominantemente associado aos postos de trabalho de Reabilitação (70,4%), Dietética e Nutrição (69,4%), Equipamentos-Médicos e Hospitalares (69%), Radiologia e Diagnóstico por Imagem (62,9%), Hemoterapia (60%) e Farmácia (59,1%). Além disso, a distribuição de postos de trabalho de Biodiagnóstico e de Enfermagem ficaram percentualmente equilibradas entre o setor público e o privado.



Tabela 4. Postos de trabalho de nível médio em saúde segundo ocupação e setor de atuação.

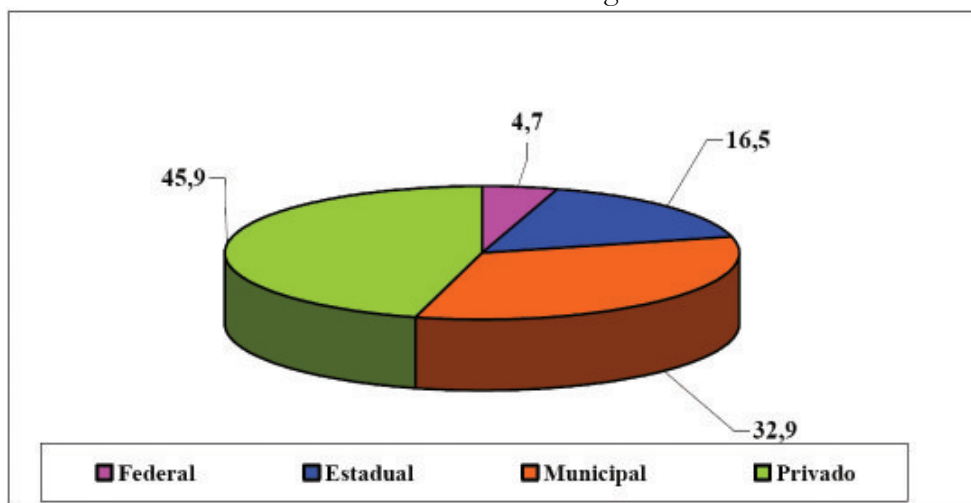
Postos de trabalho/ocupação	Brasil/2005 (% linha)			
	Público		Privado	
	n	%	n	%
Total	406.998	54,1	344.732	45,9
Biodiagnóstico	26.844	46,4	31.021	53,6
Enfermagem	311.563	55,3	251.526	44,7
Farmácia	6.822	40,9	9.854	59,1
Hemoterapia	1.394	40,0	2.092	60,0
Nutrição e Dietética	2.942	30,6	6.675	69,4
Radiologia e Diagnóstico por Imagem	11.190	37,7	18.466	62,3
Reabilitação	1.170	29,6	2.782	70,4
Saúde Bucal	18.971	81,4	4.321	18,6
Equipamentos Médico-Hospitalares	1.241	31,0	2.758	69,0
Vigilância Sanitária e Ambiental	8.582	96,8	282	3,2
Outros - Nível Técnico/Auxiliar	16.279	52,1	14.955	47,9

Fonte: AMS (2005)

No Gráfico 2, observou-se que o setor privado teve 45,9% dos postos de trabalho de nível técnico e, o setor público, 54,1%. No público, a esfera administrativa Municipal, Estadual e Federal, apresentaram percentuais de 32,9%, 16,5% e 4,7% dos postos de trabalho, respectivamente.



Gráfico 2: Postos de trabalho de nível médio em saúde segundo a esfera administrativa



Fonte: AMS (2005)

Com vistas a organizar a discussão, no Quadro 1, relacionam-se as subáreas de educação profissional em Saúde e os postos de trabalho de nível técnico e auxiliar.

Quadro 1. Relação entre as subáreas de educação profissional em Saúde e os postos de trabalho de nível técnico e auxiliar.

Subáreas de Educação profissional de nível técnico em saúde	Postos de trabalho nos estabelecimentos de saúde (AMS/2005)
Biodiagnóstico	Técnico/Auxiliar em Histologia Técnico/Auxiliar em Patologia Clínica/Laboratório Técnico/Auxiliar em Citologia/Citotécnica
Enfermagem	Técnico/Auxiliar de Enfermagem
Estética	_____
Farmácia	Técnico/Auxiliar de Farmácia
Hematologia/Hemoterapia	Técnico/Auxiliar em Hematologia/Hemoterapia
Nutrição e Dietética	Técnico/Auxiliar em Nutrição e Dietética
Radiologia e Diagnóstico por Imagem	Técnico em Radiologia Médica
Reabilitação	Técnico/Auxiliar em Fisioterapia e Reabilitação
Saúde Bucal	Técnico/Auxiliar de Saúde Oral (Técnico em Higiene Bucal e Auxiliar de Consultório Dentário)
Saúde Visual	_____
Segurança do Trabalho	_____

Fonte: Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico em Saúde (BRASIL, 2000) e AMS (2005)



Como é possível observar no Quadro 1, as subáreas de formação técnica em Saúde – Estética, Saúde Visual e Segurança do Trabalho – não apareceram especificadas nas publicações da AMS em 2005. Com relação à subárea Segurança do Trabalho, na AMS, esta é representada pelos técnicos e auxiliares em Vigilância Sanitária e Ambiental. Por fim, observou-se que o posto de trabalho de Técnico em Equipamentos Médico-Hospitalares não encontra correspondente para as subáreas de educação, mas, isto ocorre porque optou-se por categorizá-los em “outras” subáreas, dada sua pequena participação no total de cursos.

Discussão

Este estudo buscou caracterizar, especificamente, a formação profissional, em termos de oferta de cursos e dos postos de trabalho das ocupações técnicas em saúde no Brasil, em 2005. Destaca-se que há um grande contingente de postos de trabalho de nível médio vinculados à área de saúde, como pessoal administrativo e de serviços gerais que não estão contemplados neste estudo por limitações metodológicas relacionadas às bases de dados.

Neste estudo, observou-se:

a) Um grande número de estabelecimentos com oferta de cursos técnicos em saúde na iniciativa privada.

O acelerado crescimento do número de cursos de educação profissional no setor privado pode ser explicado, de acordo com (BAGNATO, *et al.*, 2007) pela autonomia das escolas em construir seus projetos pedagógicos que incorporam diferentes modelos de organização curricular. Segundo os autores, a tendência de ampliação de novos cursos e planos de ensino pode incorrer em uma perspectiva aligeirada do processo de formação. Cabe mencionar, ainda, que, no caso da formação profissional de trabalhadores de nível médio em saúde, o setor privado forma trabalhadores que, em sua maior parte, ocupam postos de trabalho no setor público, com ênfase na esfera municipal, conforme informado anteriormente na Tabela 04.

b) Uma grande oferta de cursos técnicos em Enfermagem, tanto no setor público quanto no privado.

Segundo Lima (*et al.*, 2003, p. 301), no Brasil, tradicionalmente, as profissões técnicas de nível médio são regulamentadas por conselhos profissionais que se institucionalizaram a partir das profissões de nível superior, detendo um papel im-



portante na definição de suas atribuições, assim como na fiscalização do exercício profissional. O curso técnico de Enfermagem foi um dos primeiros cursos profissionalizantes no Brasil com uma legislação específica, é um dos primeiros a sofrer com as restrições estabelecidas pelas profissões dominantes correlacionadas à área. Observa-se de forma geral que a inserção do profissional de nível médio em saúde é um campo de disputa profissional acirrado, e a área de enfermagem é uma expressão disto, dada a sua representatividade nos estabelecimentos de saúde.

c) Uma concentração de postos de trabalho de nível médio de Enfermagem no mercado de trabalho em saúde.

Neste sentido, Nogueira (2002) adverte que numa análise sobre mercado de trabalho não devemos nos ater apenas às ocupações de enfermagem. Desse modo, mesmo que algumas ocupações sejam taxadas como ‘categorias minoritárias’, é preciso estudá-las como áreas “cruciais” para o funcionamento dos serviços de saúde. Todas as ocupações em saúde devem ser atentamente verificadas, especialmente, no momento em que estão sendo ampliadas as propostas de qualificação profissional e o papel das Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (SUS), no Brasil.

Oliveira (*et al.*, 2002) lembram que as iniciativas de qualificação profissional para trabalhadores de nível médio em saúde vêm sendo impulsionadas desde o final da década de 80. A questão da formação de pessoal para os serviços de saúde ocupava temática central da área de Recursos Humanos em Saúde até a início da década de 90 quando maior ênfase passa a ser dada aos aspectos da gestão do trabalho (PAIM, 1994). Cabe destacar o papel estratégico das Escolas Técnicas do SUS, no sentido de assumir a formação desses trabalhadores de modo articulado às necessidades dos serviços de saúde. A criação dessas escolas visou institucionalizar um projeto nacional de formação profissional para trabalhadores empregados nos serviços de saúde que desempenhavam variadas funções (OLIVEIRA, *et al.*, 2002).

d) Forte participação municipal na oferta de postos de trabalho de saúde.

Isto pode ser devido à efetiva implantação da descentralização do sistema de Saúde. Pode-se dizer que a grande participação da esfera municipal relaciona-se com a implantação da SUS na sua diretriz descentralizadora.

Finalizando, como limitação neste trabalho é importante destacar que a base de dados AMS não possibilita uma descrição da composição do emprego no setor saúde para a totalidade do pessoal de nível médio. A pesquisa AMS reporta-se, exclusiva-



mente, ao núcleo de serviços de saúde, ou seja, os serviços produzidos em estabelecimentos, especificamente, voltados para a manutenção e recuperação da saúde (CARVALHO, ARAÚJO e GIRARDI, 2002).

Numa caracterização da saúde como setor que apresenta extensas ramificações, Dedecca (*et al.*, 2001, p. 177) afirmam que qualquer estimativa da ocupação no setor saúde tende a ser conservadora, pois é orientada pela busca de segmentos ocupacionais mais visíveis e escapam do conjunto mais amplo de ocupações que se vinculam de forma mais indireta ao setor.

Por um lado, os resultados encontrados em 2005 parecem estar conectados às mudanças iniciadas na década de 80, que foram decisivas para a composição interna das equipes de saúde (MÉDICI, 1987), como a municipalização, ampliação das categorias ocupacionais, maior escolarização dos postos de trabalho. Por outro lado, percebe-se a necessidade de se aprofundar a análise considerando, especialmente, a criação e ampliação da estratégia da saúde da família.

Referências bibliográficas

BAGNATO, M.H.S. *et al.* Ensino médio e educação profissionalizante em enfermagem: algumas reflexões. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 41, n. 2, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342007000200015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 março 2009.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Informe Saúde**, Brasília, ano VI, n. 186, outubro de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Educação Profissional: Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico - Área Profissional: Saúde**. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **O Desenvolvimento do Sistema Único de Saúde: avanços, desafios e reafirmação dos seus princípios e diretrizes**. Série B. Textos Básicos de Saúde. Relatório Aprovado pelo Plenário. Brasília, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução Cofen-111 de 02 de setembro de 1989. In.: **Documentos Básicos do Cofen**. Rio de Janeiro: Cofen, v.II, 1990, p.150-152.

DEDECCA, C.S. *et al.* O trabalho no setor de atenção à saúde. In: NEGRI, B.; GIOVANI, G. (orgs.). **Brasil: radiografia da saúde**. Campinas: UNICAMP, 2001.

GIRARDI, S.; CARVALHO, C. Configurações do mercado de trabalho dos assalariados em Saúde no Brasil. **Revista Formação**, Brasília, n.06, setembro de 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas da Saúde. Assistência Médica Sanitária** (v. 3). Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas da Saúde: Assistência Médica Sanitária** (v. 9). Rio de Janeiro: IBGE, 1984.



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas da Saúde. Assistência Médica Sanitária 1999**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas da Saúde. Assistência Médica Sanitária 2005 - Tabulações Especiais**. Ministério da Saúde/Secretaria Executiva, 2005.

LIMA, J.C.F. *et al.* Educação Profissional em Enfermagem: uma releitura a partir do Censo Escolar 2001. **Revista Formação**, Brasília, n.06, setembro de 2002.

MÉDICI, A. A Dinâmica Internacional do Financiamento das Políticas Sociais. In: **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, vol.3, n.4, out-dez 1987.

Nogueira, R.P. Política de Recursos Humanos em Saúde e a Inserção dos Trabalhadores de Nível Técnico: uma abordagem das necessidades. In: **Educação Profissional em Saúde e Cidadania**. Brasília: Editora Ministério da Saúde, 2002.

OLIVEIRA, L.S.S. *et al.* Profissionalização de atendentes de enfermagem no Estado de São Paulo: um estudo sobre a oferta e demanda de formação. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 5, out. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692002000500003 &lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 março 2009.

PAIM, J.S. **Recursos Humanos em Saúde no Brasil: problemas crônicos e desafios agudos**. São Paulo. Faculdade de Saúde Pública/USP, 1994.

VIEIRA, M. *et al.* A Inserção das ocupações técnicas nos serviços de saúde no Brasil: acompanhando os dados de postos de trabalho pela pesquisa AMS/IBGE. **Revista Formação**, Brasília, n.08, maio 2003.